



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 01/14

Data da Sessão: 28 de fevereiro de 2014

Início da Sessão: 16.00 horas

Fim da Sessão: 20.30 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos-----

1º Secretário: Carlos Lucas Correia-----

2º Secretário: Olga Susana Miranda da Silva-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

----- Aos 28 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: --

1. **Período de Antes da Ordem do Dia;**-----
2. **Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro;**-----
3. **Designação de 5 elementos para o Conselho Municipal de Segurança;**-----
4. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a alteração ao Regulamento para Alienação de Lotes e Atribuição de incentivos do Parque de Negócios;**-----
5. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal - “Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais” - Listagem de compromissos plurianuais assumidos;**-----
6. **Autorização prévia à assunção de compromisso plurianual - Aquisição de serviços de auditoria externa, no âmbito da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;**-----
7. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a designação dos Júris para os processos de recrutamento de cargos dirigentes;**-----
8. **Tomada de Posse dos elementos do Conselho Municipal de Segurança.**-----

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças: -----

Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Carlos Lucas Correia e Olga Susana Miranda da Silva. -----

Membros: Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Ana Cristina da Silva Jorge, Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites, Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Adelaide Maria Simões Medina, Edmea Tereza Reis Silva, Fernando Pereira Nunes Curto, Fernando Manuel Dias Monteiro, Carolina Ferreira Aires, Jorge André da Silva Santana, Francisco Faria de Paiva Batista, José de Oliveira e Sousa, Sara Cristina Cruz Gomes, Maria João Batista Sobreiro, Luís Filipe Azenha Madaleno em substituição de Luís Manuel Barbosa Marques Leal e Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo em substituição de Francisco Barbosa Leal Sousa Mano. -----

Presidentes de Junta: Arazede, Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, Tesoureiro da JF do Seixo de Gatões, em substituição do PJF, Tesoureira da Junta de Freguesia de Tentúgal, em substituição do PJF e Secretário da JF da União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões Arazede, em substituição do PJF. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Abel da Silva de Oliveira Girão, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha e Jorge Luís Forte Camarneiro. -----

-----Ausências justificadas e com substituições, anteriormente referidas – Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano, José Manuel Marques Madaleno, Raul Nunes Leitão e António Correia Pardal Bispo. -----

-----Ausências justificadas e sem substituições – Vítor Manuel Monteiro Travassos e Nuno Miguel Figueiredo Cardoso. -----

-----Seguidamente passou-se à ordem de trabalhos.-----

-----**Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia** – O PMAM, Fernando Ramos, deu início à reunião quando eram 16h00, tendo saudado os presentes e informando que da correspondência recebida, para além da que constava no documento, previamente, enviado, se restringia unicamente a pedidos de justificação de faltas de membros da AM. Relativamente à correspondência expedida, unicamente foram expedidas, para além do que consta no documento enviado, as convocatórias para esta AM.-----

-----Salientou ainda que se está a entrar num novo processo de convocatória, que é o envio por e-mail e que está a correr bem, pois os membros da AM que assim o desejaram, receberam a convocatória e a documentação via e-mail. -----

-----Seguidamente questionou a AM se pretendiam introduzir algum ponto ou proceder a alguma alteração na Ordem de Trabalhos. -----

-----Pedi a palavra o membro Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Desejo que esta AM decorra com elevação e sentido de responsabilidade de todos. A questão que coloco tem a ver com a redação do ponto 8 onde consta Comissão julgo que deveria constar Conselho”. -----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “Irá ser feita a devida correção do ponto 8 da OT que passará a ser Tomada de Posse dos elementos do Conselho Municipal de Segurança.” -----

-----Informou ainda que o membro Oliveira e Sousa entregou uma proposta de alteração da Ordem de trabalhos a propor um novo ponto para a OT solicitando ao membro Oliveira e Sousa que faça a leitura da proposta apresentada.-----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Na verdade tendo em atenção a OT e o que se passa neste Concelho que é lindo e merece o nosso trabalho, a nossa dedicação e o nosso amor a esta terra e, tendo em conta o realizado e aquilo que se pretende realizar, o Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra que se candidatou tão só para dar dignidade e esperança às pessoas deste

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

Concelho integrado no MPT, partido humanista e ecologista tem a dizer o seguinte e formula a seguinte proposta: Vem propor a introdução de um novo ponto na Ordem de Trabalhos: Nomeação de uma Comissão de Inquérito para apuramento das causas pela perda de 6 lotes de terreno no Parque de Negócios em anteriores alienações. Esta proposta, tem por fundamento um conjunto de situações que consideramos, eventualmente de legalidade duvidosa na referida alienação de lotes no Parque de Negócios de Montemor-o-Velho, em particular, o negócio celebrado com a empresa AGNI e empresas com esta relacionada. -----

----- É tão só esta proposta para dar dignidade a este executivo, para que o Povo deste Concelho saiba as normas que se estão a propor para de uma vez por todas que haja um princípio digno e de esperança às pessoas para o desenvolvimento deste Concelho, com dignidade é isso que nos propomos”. -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Como todos perceberam há a proposta de introdução de um novo ponto da OT, apesar de esse ponto passar à discussão, eu gostaria de perguntar ao membro Oliveira e Sousa (MPT), naturalmente quando há introdução de pontos na OT, necessariamente, independentemente da sua aprovação ou não, deve constar a ordem em que o gostaria de o inserir porque penso que percebeu a amplitude da proposta mas necessariamente tem de dizer em que ordem o gostaria de introduzir antes de passarmos à discussão”. -----

----- Usou da palavra o membro Oliveira e Sousa que disse: “Este ponto passaria a ser o n.º 4. Eu pedia aos deputados municipais, meus ilustres colegas, que tenham em atenção o que vão votar porque é de uma grande responsabilidade para o desenvolvimento do Município a criação desta comissão para que em conjunto, todos, independentemente das divergências políticas e, da forma como estamos aqui a defender outros interesses, que são o interesse número 1 que é o interesse do desenvolvimento do Concelho de Montemor-o-Velho”. -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Está à discussão a proposta de introdução do ponto 4: Nomeação de uma comissão de inquérito para apuramento das causas pela perda de 6 lotes de terreno no Parque de Negócios em anteriores alienações, do membro Oliveira e Sousa (MPT)”. -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Não tinha conhecimento desta proposta, possivelmente, tal como todos os membros desta AM. Enquanto líder de bancada e para discussão, como qualquer membro desta bancada, não me sinto preparada para de imediato tomar uma posição, pelo que eu requeria a interrupção dos trabalhos por 3 minutos a fim de poder dialogar com os membros da minha bancada e ficar em condições de poder discutir este ponto”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

-----Pedi a palavra o membro Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Efetivamente, julgo que introduzir um ponto na OT de ânimo leve, não é assim que se fazem as coisas, a minha bancada precisa de tempo para tomar uma posição”.-----

-----O PMAM declarou os trabalhos suspensos por um período de cinco minutos, para que os Grupos pudessem tomar uma posição.-----

----- Após a interrupção foram retomados os trabalhos da AM.-----

-----Pedi a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: Reunida a nossa bancada e percebendo o alcance da proposta de introdução do ponto pelo membro Oliveira e Sousa (MPT), só não iremos votar favoravelmente por entendermos que este ponto não se justifica. Não se justifica a sua introdução na agenda hoje, não é nenhum ponto urgente, não precisa de ser tratado em cima do joelho e nos termos do Regimento, houve tempo e possibilidade de o fazer agendar até 5 dias antes. Considero que não se justifica a sua introdução a quente quando não estamos preparados nem sabemos exatamente o porquê. Apesar de ser competência desta AM constituir comissões, face ao timing com que é apresentada, decidimos votar contra a introdução deste ponto”.-----

-----Pedi a palavra o membro Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “A nossa bancada depois de analisar cuidadosamente o ponto entendemos também ser contra a introdução deste ponto na OT pelas seguintes razões: Primeira - entendemos, tal como disse a líder de bancada que me antecedeu, que houve tempo útil para fazer esse pedido de acordo com o Regimento; segunda - o membro Oliveira e Sousa (MPT) podia ter feito uma recomendação à Câmara Municipal para criar essa comissão com os técnicos existentes e o gabinete jurídico; terceira - o senhor PMAM é que normalmente preside as Comissões de acompanhamento, não saberíamos se estaria disponível para coordenar esta comissão de “investigação”; por último a Câmara Municipal tem a competência e os meios e como tal, depois de nomear todas estas razões não iremos votar favoravelmente”.-----

-----Pedi a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “A nossa posição é a seguinte: à luz do Regulamento que existe até à data de hoje, a Câmara Municipal tinha autonomia e competência para o fazer, dar o seu parecer, a sua autorização prévia, neste caso em concreto há um fundo inglês de investimento. Nós também temos algumas dúvidas relativamente a este ponto quando essa autorização depois é transitada para a regra. Obviamente que é um passo que foi dado depois e que seguiu já outras direções. Da nossa parte pensamos que se houver aqui alguma investigação que seja feita na ordem do Ministério Público ou siga os parâmetros legais para o fazer, daí a nossa abstenção ao aditamento à ordem de trabalhos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, que se candidatou tão só para dar dignidade e esperança às pessoas, integrado no MPT, partido ecologista e humanista tem a dizer o seguinte depois das intervenções dos ilustres representantes dos partidos aqui presentes, nomeadamente PS, PSD e CDU: Não haja dúvidas, retirando estas ilações destas palavras do conjunto destas individualidades o PS diz que na verdade não se vai discutir à joelhada, não tem tratamento, não teve tempo para entender; o PSD com medo, não sei de quem nem de quê, do passado talvez, também vota contra; não haja dúvidas que a CDU foi mais inteligente mas inexpressiva porque o conjunto de situações que se tiver apurado se participe ao Ministério Público. Para se participar ao Ministério Público tem de haver uma comissão de inquérito, e os resultados apurados é que se podem eventualmente participar.-----

----- Tudo está com medo das ilegalidades”-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada pelo MPT que foi rejeitada por maioria com 27 votos contra, 2 abstenções e 1 voto a favor, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- Contra -----

----- Luís Filipe Azenha Madaleno----- Contra -----

----- Carlos Lucas Correia ----- Contra -----

----- Lídia Maria Cavaleiro T. Pagaimo ----- Contra -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge ----- Contra -----

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- Contra -----

----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites ----- Abstenção -----

----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço ----- Contra -----

----- Adelaide Maria Simões Medina ----- Contra -----

----- Olga Susana Miranda da Silva ----- Contra -----

----- Edmea Tereza Reis Silva ----- Contra -----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- Contra -----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro ----- Contra -----

----- Carolina Ferreira Aires ----- Abstenção -----

----- Jorge André da Silva Santana ----- Contra -----

----- Francisco Faria de Paiva Batista ----- Contra -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28***

-----José de Oliveira de Sousa -----	A favor -----
-----Sara Cristina Cruz Gomes -----	Contra -----
-----Maria João Batista Sobreiro -----	Contra -----
-----Eusébio Ramos Sousa Campos -----	Contra -----
-----Victor Manuel Pardal Monteiro -----	Contra -----
-----Vasco Gonçalo Sousa Martins -----	Contra -----
-----Joaquim Neves Martinho -----	Contra -----
-----Paulo Jorge Pinto Rama -----	Contra -----
-----Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo -----	Contra -----
-----João António Góis Girão -----	Contra -----
-----Paulo Jorge Neves Correia -----	Contra -----
-----Sandra Isabel Matias Mendes -----	Contra -----
-----Carlos António Cristino Alves -----	Contra -----
-----António José M. C. N. Sérvolo -----	Contra -----
-----A AM tomou conhecimento. -----	
-----Usou da palavra o PMAM que disse: “A OT com a correção já referida, introduzida no ponto 8 é a que V. Ex.as tiveram oportunidade de receber”. -----	
-----Foi colocada à discussão a ata da Reunião da Assembleia Municipal, de 27 de dezembro. Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, a ata foi aprovada por maioria, com seis abstenções, por não participação na reunião a que a mesma se refere, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:-----	
-----VOTAÇÕES-----	
-----Fernando Jorge dos Ramos-----	A favor -----
-----Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção -----
-----Carlos Lucas Correia -----	A favor -----
-----Lídia Maria Cavaleiro T. Pagaimo -----	Abstenção -----
-----Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge -----	A favor -----
-----Ana Cristina da Silva Jorge -----	A favor -----
-----Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	A favor -----
-----Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço -----	A favor -----
-----Adelaide Maria Simões Medina -----	A favor -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

----- Olga Susana Miranda da Silva ----- A favor-----

----- Edmea Tereza Reis Silva ----- A favor-----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A favor-----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro ----- A favor-----

----- Carolina Ferreira Aires ----- A favor-----

----- Jorge André da Silva Santana ----- Abstenção-----

----- Francisco Faria de Paiva Batista ----- A favor-----

----- José de Oliveira de Sousa ----- A favor-----

----- Sara Cristina Cruz Gomes ----- A favor -----

----- Maria João Batista Sobreiro ----- A favor-----

----- Eusébio Ramos Sousa Campos ----- A favor-----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A favor-----

----- Vasco Gonçalo Sousa Martins ----- A favor-----

----- Joaquim Neves Martinho----- A favor-----

----- Paulo Jorge Pinto Rama ----- A favor-----

----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo ----- A favor-----

----- João António Góis Girão ----- A favor-----

----- Paulo Jorge Neves Correia ----- Abstenção -----

----- Sandra Isabel Matias Mendes ----- Abstenção-----

----- Carlos António Cristino Alves ----- A favor-----

----- António José M. C. N. Sérvolo ----- Abstenção -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- Foram dados 2 minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos ou outros, que os membros da AM entendessem por convenientes, tendo sido aceites: -----

----- Moção subscrita pelos membros da AM Carlos Lucas Correia (PS) e Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) "Congratulações de aniversário a diversas associações do Concelho", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção subscrita pelos membros da AM Ricardo Brites e Carolina Aires (CDU) "Processo de Privatização da EGF, Empresa Geral do Fomento", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

-----Moção subscrita pelo membro Sara Gomes (PS), “Moção de Pesar pelo falecimento de Manuel Gomes Simões”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03.-----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “Sendo o falecido, Manuel Gomes Simões membro da Assembleia de Freguesia do Seixo sugiro, se o membro da AM Sara Gomes o permite, que esta moção também seja endossada à Assembleia de Freguesia do Seixo”.-----

-----A moção foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção subscrita pelo PJF de Pereira, "Agradecimento à atuação do Centro Humanitário do Baixo Mondego da Cruz Vermelha Portuguesa, face às intempéries dos dias 9 e 11 de fevereiro", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04.-----

----- Pediu a palavra o PJF de Santo Varão que disse: “Eu gostava, enquanto representante da Junta de Freguesia de Santo Varão e da sua população, de demonstrar aqui publicamente o nosso agradecimento aos elementos desta Câmara Municipal, a todo o tratamento que foi dado à nossa freguesia que realmente foi das mais prejudicadas com toda esta situação das cheias, mais particularmente no dia 11 de fevereiro. Agradeço ainda as intervenções que foram feitas pela Câmara Municipal mais propriamente na Rua Dr. Calisto Sousa Brandão, na Rua do Progresso, no Pontão de Santo Varão e na Ponte de Formoselha. Gostaria de fazer este agradecimento na pessoa do PCM, que se deslocou ao local, teve oportunidade de, connosco, tentar solucionar alguns problemas que foram surgindo, na pessoa do Chefe de Gabinete, Dr. Décio Matias, e Eng.º Hélder Araújo, da Proteção Civil. Estes senhores demonstraram nos últimos dias que o núcleo da Proteção Civil de Montemor-o-Velho se encontra apto e pronto a resolver os problemas do nosso Concelho. Em nome da Freguesia de Santo Varão deixo aqui publicamente o nosso agradecimento. --

-----Pediu a palavra o membro Adelaide Medina (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Relativamente aos agradecimentos tecidos pelo PJF de Pereira, e com muita razão, toda a coordenação entre o Município e a Proteção Civil realmente funcionaram. Gostaria só de deixar uma chamada de atenção para que não se deixe só para o verão as limpezas profundas destas valas, valetas e principalmente do Ribeiro que fez a inundaçãõ maior na Vila de Pereira, como sabem, onde foram inundadas casas, lojas, o Gimnodesportivo a Caixa de Crédito Agrícola e outras. Com estas intempéries e chuvas contínuas vieram a acontecer estas inundações, uma vez que veio todo o lixo agregado, inclusive lenhas e juntaram-se na baixa, eu penso que as intervenções mais profundas terão de ser mais nesta fase chuvosa onde todo o lixo vem para a passagem para o lado do rio.-----

-----Relativamente ao Presidente da Junta de Freguesia, Presidente da Câmara, Bombeiros, Cruz Vermelha nada tenho a apontar, fizeram um excelente trabalho.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

----- Pediu a palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “Em nome da bancada do PS desta Assembleia Municipal, gostaria de agradecer pela pronta intervenção que a Câmara Municipal, mormente na pessoa do Presidente da Câmara, teve nos referidos dias 9 e 11 de fevereiro e em particular nas freguesias de Pereira e Santo Varão que efetivamente foram bastante assoladas pelas intempéries. Quero deixar também uma nota no que toca à atuação da Junta de Freguesia e dos seus trabalhadores que, desta forma pública deixo o agradecimento ao seu empenho e ao trabalho coordenado que desenvolveram e que permitiram que os danos fossem de somenos importância. -----

----- Por último quero referir também que, na nossa modesta opinião, os ribeiros devem ser limpos, deve ser uma preocupação das Autarquias Locais para evitar prejuízos nesta época de chuvas mas, consideramos que estas intervenções devem ser preventivas e devem ser feitas em devido tempo e não em cima do acontecimento, como tal parece-nos que, quer o executivo da Câmara Municipal, quer o executivo da Junta de Freguesia fizeram o que lhes era exigido uma vez que essas intervenções preventivas deveriam ter sido feitas em devido tempo ou seja, antes da tomada de posse destes executivos referidos.”

----- Pediu a palavra o PJJ de Meãs do Campo que disse: “Enquanto Presidente desta Junta de Freguesia quero agradecer ao Presidente da Câmara pela disponibilidade que teve em coordenar os serviços e a Proteção Civil. A Junta de Freguesia de Meãs do Campo foi uma das mais afetadas e tivemos sempre todo o apoio necessário da Câmara através do Eng.º Hélder Araújo e do Dr. Décio Matias, que muito nos têm ajudado. -----

----- Quero ainda agradecer à GNR e aos Bombeiros pelo trabalho e pela limpeza de ruas na Freguesia.”

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O MPT acabou de ouvir estas intervenções e na sua maior parte são agradecimentos políticos e eu pergunto a todos os presentes e ao povo deste Concelho: para que é que servem os eleitos? Não é para estarem presentes no momento das dificuldades? Mau seria se não estivessem. -----

----- O problema que se levantou foi a falta de limpeza atempada destes cursos de água, mas ninguém falou qual é a entidade responsável pela limpeza, não sei se a Câmara Municipal, se outras entidades porque na verdade os prejuízos causados por estas situações são de responsabilidade civil e são obrigados a ser indemnizados. As entidades por desleixo, por incúria não procederam à limpeza atempada destes cursos de água. Se a Câmara é responsável por esta limpeza é responsável pelo pagamento de indemnizações às pessoas que sofreram com estas inundações, se é outro instituto também é responsável por isso e porquê? Os cidadãos deste Concelho pagam taxas, pagam os impostos para que os eleitos e o executivo que aqui está sejam responsáveis pelo domínio público e pela harmonia e limpeza de tudo o que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

é comum e isso ninguém o disse, por outro lado há agentes principais, os Bombeiros Voluntários estiveram sempre presentes, a GNR que é um agente principal da Proteção Civil, esses agradecimentos e esse reconhecimento destas forças em estarem presentes no nosso Concelho e é nessa medida, com a dignidade do Movimento Independente de Cidadania integrado no MPT, se refere a estas situações, não é só puxar e limpar o casaco dos políticos. Os políticos são eleitos para fazer o trabalho que o Concelho necessite. O que faltava é que não estivessem presentes, não é com um pauzinho a limpar as valetas, o que é que anda lá a fazer? Para aparecer na comunicação social? Oh meu amigo quem faz teatro a mais, realmente isso não dá votos.” -----

-----Pedi a palavra o PJF da União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca que disse: “Na qualidade de Presidente de Junta desta União e, apesar de ser uma Freguesia que não foi tão afetada pelas intempéries como Pereira e Santo Varão e, se na altura devida as críticas são necessárias também os agradecimentos são importantes assim, aproveito esta oportunidade para realçar o que alguns deputados que me antecederam já disseram, a atuação do executivo municipal, na pessoa do Presidente da Câmara, a atuação do Chefe de Gabinete, Dr. Décio Matias, a Proteção Civil Municipal, na pessoa do Eng.º Hélder Araújo e a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, muito obrigado por todo o empenhamento tido durante estes dias de intempérie, foram bons políticos e bons profissionais.” -----

-----Pedi a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Para que não restem dúvidas sobre a importância e a urgência da conclusão da obra hidroagrícola do Baixo Mondego, nomeadamente as obras do Ega e do Arunca assim como, reforçar a capacidade de escoamento do Foja, tivemos nestes últimos meses mais um exemplo de que as obras inacabadas provocam efeitos em localidades onde até antes não aconteciam. -----

-----Perante isto resta-nos continuar a lutar para que a conclusão destas obras seja uma realidade mas também deixar uma mensagem de coragem e elogio à Proteção Civil, à GNR, às Juntas de Freguesia, às Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa, assim como a todos os nossos conceterrâneos que, de forma valorosa foram acudindo às múltiplas situações que foram surgindo um pouco por todo o concelho. -----

-----Por último uma mensagem de agradecimento e de imprescindível homenagem ao Corpo de Bombeiros de Montemor-o-Velho, em pleno mês de aniversário. -----

-----A CDU não precisa de cheias e inundações no inverno, nem de incêndios no verão para reconhecer a importância que devemos dar a uma corporação devidamente operacional, são a verdadeira Proteção Civil do Concelho. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

----- Felizmente, passados alguns meses da reivindicação da CDU, em abril de 2012 para um reforço do apoio por parte desta Autarquia aos Bombeiros Voluntários, o mau tempo e o trabalho inigualável dos Bombeiros no inverno de então juntamente com o aproximar do ciclo eleitoral, encarregaram-se de dar razão à CDU e resolver uma parte da divergência entre os órgãos sociais da corporação e a Câmara Municipal, tendo sido possível obter um acordo que ajudou a viabilizar a associação e a salvar parte dos postos de trabalho.-----

----- Infelizmente neste processo foram liquidados 50% dos postos de trabalho e algumas famílias ficaram colocadas em situação económica difícil tendo até, em alguns casos, a associação recorrido a métodos menos humanistas para rescindir os vínculos laborais com quem não aceitou a imposição unilateral de sair, o que podia ter sido evitado se se percebesse na realidade a importância do serviço em causa prestado pelos Bombeiros. Independentemente do branqueamento ou lapso, do esquecimento do esforço e do trabalho da CDU na defesa dos Bombeiros de Montemor, dos seus postos de trabalho e da operacionalidade dos seus meios, cá estaremos para voltar a reivindicar o melhor para os soldados da paz e para os nossos munícipes.”-----

----- A moção foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção subscrita pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) “Moção de Louvor à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Requerimento subscrito pelo membro José de Oliveira e Sousa (MPT), “Prestação de informação administrativa, nos termos da Lei quanto à Urbanização Quinta de São Luíz, em Pereira, onde se faça constar se já foi rececionada a referida obra, bem como, em caso de tal não se ter verificado, quais os motivos para tal facto e as demarches realizadas pela Câmara Municipal para tal receção”, conforme documento anexo à presente ata, sob o n.º 06, e que foi enviado à Câmara Municipal para correspondente informação.-----

----- Requerimento subscrito pelo membro José de Oliveira e Sousa (MPT), “Prestação de informação administrativa, nos termos da Lei, onde se faça constar a informação dos custos de visitas, estadias e viagens efetuadas aos Municípios Geminados com Montemor-o-Velho, nos últimos 8 anos, bem como o nome de todas as pessoas que beneficiaram e que integraram tais comitivas, indicando individualmente as despesas de representação pagas a cada um dos representantes do Município de Montemor-o-Velho e quais os benefícios que resultaram para o Concelho de tais visitas”, conforme documento anexo à presente ata, sob o n.º 07, e que foi enviado à Câmara Municipal para correspondente informação.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

-----Pedi a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Esta intervenção prende-se com o 12.º Festival do Arroz e da Lampreia. A bancada da Coligação muito se orgulha da realização de mais uma edição deste certame pois de facto foi um projeto do anterior executivo, de grande sucesso e como tal deve ter a sua continuidade, não podemos deixar de dizer que a realização deste festival no centro da Vila será uma forma de onerar o Município numa altura em que o atual executivo reitera amplamente que não tem dinheiro para apoiar o tecido associativo nem para realizar obras no Município, espanta-nos como é que terão dinheiro para colocar uma tenda de grande dimensão no centro da Vila, durante os dias em que decorre o festival do arroz e que importa um valor considerável. Pensamos que seria mais económico realizar o festival nas instalações do Centro de Alto Rendimento, à semelhança dos anos transatos”. -----

-----Pedi a palavra o membro Fernando Monteiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Subscrevendo um pouco tudo o que foi dito sobre as intempéries e as ações dos agentes no terreno acerca da forma de as colmatar, e foi plasmado pela votação desta bancada, eu próprio também não quis deixar, de uma forma pessoal, de me associar a todos os agentes que participaram, desenvolveram e abnegadamente conseguiram pelo seu esforço e, embora estando plasmado nas funções inerentes quer na Proteção Civil, quer nos Bombeiros e nas outras entidades, não deixa de ser relevante e temos de louvar o que é de louvar e criticar o que é de criticar, é assim a lei da existência e da vivência. -----

-----Nessa ordem de razões, com esses meios conseguiram salvaguardar de certa maneira as vidas humanas e bens materiais, ainda associado a isto e nesse contexto quero referir-me a um facto que está a acontecer em Santo Varão.-----

-----À mercê das inundações, penso que houve um problema, numa situação de elevação de água em alta de bombas de acionamento de pressão de água junto ao campo de futebol, na rua Fonte dos Amores, na interseção com a Ex. EN 341 e verifiquei que está a ser edificado uma cabine, tanto quanto julgo saber, será uma forma de tentar salvaguardar a vida útil das bombas de elevação, tirá-las do subsolo e colocá-las à superfície, numa tentativa de salvaguardar esse bem material tão necessário a quem habita numa zona mais elevada e claramente precisa desse caudal para fazer funcionar os normais utensílios e equipamentos do seu dia-a-dia.-----

-----Com o devido respeito, parece-me que o que está a ser edificado, não é adequado àquele local. Aquela edificação está desenquadrada arquitetonicamente, diria até fisicamente e irá desvalorizar a zona e muito possivelmente as casas em frente. Eu não tenho nada a ver com as casas em frente, nem sequer conheço as pessoas que lá habitam. Sei que a ação foi e será sempre de salvaguardar atempadamente o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

mais rápido possível o funcionamento das bombas que penso que ainda não estão a funcionar e nessa sequência, queria acima de tudo saber, se seria possível, alterar/reverter ou melhorar aquele tipo de enquadramento naquele edifício que, de facto não melhora a imagem do seu enquadramento. Gostaria de deixar esta recomendação verbal ao Senhor Presidente da Câmara, de forma a que o enquadramento daquela zona não ficasse prejudicado.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Eu no Concelho não ando distraído, tenho medo é de ser atropelado. Na EN111, junto às bombas de combustível na forma descendente Coimbra - Figueira da Foz existem umas placas de alumínio que estão a invadir o passeio, tendo os alunos e as pessoas que passam de utilizar a via pública estando sujeitos a serem atropelados. Esta situação já se verifica há mais de 15 dias e seria necessário que os trabalhadores ou o Vereador do Pelouro tomassem atenção àquele facto para evitar uma situação mais grave, que não interessaria a ninguém. -----

----- Há ainda outro aspeto que quero realçar. O Município nestes últimos anos procurou encontrar calhaus do rio para dar um sentido mais rural ao nosso Concelho e por isso calçeteou vários arruamentos nomeadamente, a praça junto à Rua da Tanegashima, onde está situado o Quiosque do “Cantata” e, realmente, o Município gastou ali muito dinheiro a embelezar, e acho que efetivamente está a ser usado para parque de estacionamento. -----

----- Não seria possível chamar a GNR por estacionarem em cima dos passeios, ou colocarem lá uma placa de uma vez por todas de proibido estacionar? Sendo uma praça não dignifica o Concelho.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “No seguimento da intervenção do membro Maria João Sobreiro e, não fui mandatada pelo executivo, que também têm representantes do PSD e da Coligação que representa mas, possivelmente não terá sido por acaso que todos votaram favoravelmente. Este ano o executivo conseguiu que os custos do festival do Arroz e da Lampreia diminuíssem em muito, relativamente aos anos anteriores, com a vantagem de voltar a aproximar o Festival da Vila, dos habitantes e do comércio e portanto uma mais-valia e a preço muito mais reduzido do que aquele que tem sido nos anos anteriores”. -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “No seguimento da intervenção do membro Albertina Jorge, segundo as informações que nos chegaram, pelos vistos a tenda contratada pela Câmara Municipal custa quatro vezes menos do que aquela que foi contratada pela última vez pelo anterior executivo por isso, sendo equivalente em termos de dimensões é uma redução muito boa para o Município, para além de se ter acabado com o facto de levar o festival para a periferia da Vila, para instalações que não estão devidamente preparadas, a não ser pela cobertura, para receber um evento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

desta natureza, com as associações também elas próprias a desistirem de participarem no evento como meio de se auto financiarem para as suas atividades e lembramos também aqui, que as próprias associações estão a aderir para participarem neste evento que se realizará no próximo mês e que contamos que seja uma mais-valia, um sucesso para o Concelho e para a Vila independentemente do modo como se irá organizar e pensamos que será o recuperar de um festival e de um evento enriquecedor para o Concelho".-----

-----Pedi a palavra o membro Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: "Tenho vários pontos que não gostaria de deixar passar começando já pela intervenção do membro Oliveira e Sousa sobre os Bombeiros. Devia já ter referido este aspeto quando foi a altura da votação da moção sobre os Bombeiros. Naturalmente que não nos iríamos abster, iríamos sempre votar favoravelmente porque temos a maior consideração por este grupo de pessoas porém, não gosto de ouvir falar mal de quem por lá passou e portanto eu tenho de deixar aqui esta palavra: quem está, está pelo melhor, sem dúvida alguma, as pessoas dão de si, eu acredito que sim porque são voluntários e portanto se não estiveram bem, a opinião deve ficar com cada um e não deve ser pública, cada um deve ter a sua opinião. Vamos ter respeito pelas pessoas, pelo trabalho que fizeram, tendo feito, na nossa opinião bem ou mal, isso é pessoal, porém vamos valorizar sempre os Bombeiros deste Concelho que muito, desde sempre, têm feito pelas gentes deste Concelho, por isso votaríamos sempre favoravelmente.-----

-----Quero também dizer ao membro Oliveira e Sousa que a bancada da Coligação não tem medo, nós assumimos com humildade aquilo que de menos bem foi feito e, temos muito orgulho naquilo que de bem também foi feito. Isso que fique muito claro e também em meu nome pessoal eu quero dizer ao Oliveira e Sousa que não tenho medo, que fique bem clara a posição quer da bancada, quer em meu nome pessoal. Medo é coisa que efetivamente não me tem atormentado nunca.-----

-----A bancada teve conhecimento que o nome do CAR foi substituído por Centro Náutico, isso aparece em vários documentos. Gostaríamos de saber o que é que mudou nesta infra-estrutura, sendo que o CAR era um dos 5 Centros de Alto Rendimento deste país, o que é que mudou? De facto fica a ideia de que estamos a descer de divisão, ainda mais qual não foi o espanto quando ontem tivemos conhecimento que uma prova de canoagem que habitualmente se fazia aqui passou para a Aguieira e portanto questionamos o que se passou.-----

-----Existe ainda outra questão que soubemos e causou alguma reflexão por parte da bancada. Tivemos conhecimento da substituição da Vice-Presidente. Sabemos que não está a tempo inteiro na Câmara,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

continua a trabalhar por sua livre vontade no privado, se de facto há incompatibilidades entre funções públicas e privadas gostaríamos de saber e que fossem transparentes na elucidação desta questão. -----

----- Por último e, sendo eu um dos membros eleitos para representar a Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIM-RC, gostaria de deixar esta nota muito breve.-----

----- Como todos sabemos o próximo QREN é apertado, foi negociado o Plano estratégico de 30 infra-estruturas e qual não é o nosso espanto quando o Presidente da CIM-RC, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, faltou ao Conselho Regional e portanto perante esta falta de comparência e perante o que foi determinante que foi a união de Aveiro, Guarda e Viseu, nós efetivamente perdemos terreno com esta falta de comparência, a questão política deixou de estar salvaguardada e nós perdemos bastante com esta falta de comparência. Poderão questionar, o que é que nós ganharíamos se tivéssemos estado presentes? Ganharíamos muito. Se calhar ganharíamos de uma vez por todas o Concelho estar orientado para a questão da ferrovia, para a questão de Alfarelos, Pampilhosa e para a questão da 3.ª linha, para a questão alternativa, porque não há alternativa à Linha do Norte e poderíamos virar-nos para esta linha que está desativada e que todos nós já no passado aqui apelámos para que fosse reativada e que ligasse a Pampilhosa à Figueira da Foz, nomeadamente ao Porto Comercial. A reabilitação desta linha traria a si a parte das mercadorias o que por sua vez seria importante para os nossos parques, quer o Parque de Negócios de Montemor-o-Velho, quer o Parque Logístico e Industrial de Arazede.-----

----- De uma vez por todas temos de deixar de pensar a curto prazo e temos de pensar um pouco mais à frente o que é que vamos fazer porque, efetivamente tem de se pensar outras estruturas e isso passa por aqui. Estar com os olhos abertos, procurar os financiamentos e procurar o melhor para a região. O nosso Concelho, dos que constituem a CIM-RC é o 4.º maior, e mais uma vez vimo-nos aqui a perder terreno nitidamente, o que a mim, enquanto município deste Concelho me preocupa como é evidente, não andamos aqui sem ter conhecimento do que se passa.-----

----- Acresce a esta situação de termos perdido esta oportunidade, a questão da variante de Arazede que, este executivo deixou cair e que também seria fulcral em toda esta situação de desenvolvimento que não se pode parar. Vamos deixar de ter ideias pequenas, vamos continuar a pensar para além disto, do que se está a passar, de toda esta análise, daquilo que estamos cansados de ouvir, eu já disse na última Assembleia, o Concelho tem de ter marketing, o Concelho não pode continuar a dizer mal de si, quer as Juntas de Freguesia a dizerem mal dos seus antecessores, quer a Câmara Municipal a dizer mal do que está para trás. Nós precisamos de um Concelho com imagem positiva. Eu volto a dizer isto porque não acredito que se trabalhe com cargas negativas, com imagens negativas, eu acredito que só se trabalhe em prol de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

um Concelho, com outra postura, com outra política de discurso. Eu sinceramente estou cansada deste discurso, dessa questão menos simpática que não consigo compreender.” -----

-----A AM tomou conhecimento. -----

----- **2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro** -----

-----Pedi a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Reparámos que a informação escrita está com um novo visual, de mais fácil leitura, uma linguagem muito clara e realçamos e louvamos tudo o que diz respeito à parte da informação financeira, até eu que costumo dizer que sou uma leiga nesta matéria, quando olhei para estes mapas, e para o texto que está escrito, a verdade é que qualquer pessoa entende, de uma forma exaustiva. Antigamente nós tínhamos um pequeno quadro que, no fundo era para cumprir a Lei e nada dizia e agora nós ficámos com toda a informação que efetivamente a Assembleia merece e portanto que continue assim e se houver alterações são sempre bem vindas, para melhor.” -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Relativamente à informação escrita do Senhor Presidente eu tenho que dizer que está devidamente escarpelizada, está ordenada e realmente está transparente e de fácil leitura, no entanto, o nosso Município, eu não me canso de o dizer, é um Concelho Rural e nós por mais que possamos lutar, não conseguimos trazer para o Concelho a parte urbana dos Concelhos limítrofes na sua totalidade. -----

-----Temos aqui uns pagamentos de uma coisa chamada Pista de Remo. Esta Pista de Remo vai consumir o Concelho, as taxas e os impostos dos munícipes. Esta Pista não é sustentável e porquê? Segundo esta informação escrita, nós temos pagamentos para fazer de 6.521.504,00 €, em Ciclovias e outros. Reparem que este montante chegaria tão só para equiparmos o nosso Concelho de tudo o que é mais essencial e primário. Criar ideias para o Concelho para acabar com esta lástima que é o desemprego neste Concelho. Esta Pista de Remo ainda não criou um único emprego nem tão pouco o equipamento hoteleiro que temos, que é pouco, é rentável com esta Pista. Vamos ter espinha dorsal. Este Projeto nasceu torto e torto há-de acabar. E vai acabar com os munícipes, com os impostos e sabem porquê? Porque numa região chamada Vila Nova de Foz Côa – Pocinho tem uma Pista de Remo com todos os equipamentos, nomeadamente hotel. Hoje a Federação Portuguesa de Remo já não está cá. Já ninguém cá vem praticar remo. Acho que continuamos a demonstrar que somos ricos quando não podemos sustentar isto. Deixo à consideração do Presidente e do executivo para tomarem as medidas necessárias e pertinentes que isto merece mas, é obvio que aguardamos depois por estes alertas. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28***

----- Por outro lado apresentei um requerimento e penso que está inserido na Ordem de Trabalhos, da informação escrita do senhor Presidente, nomeadamente, o MPT no que se refere à nomeação do Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, José Miguel da Rosa Felgueiras, pelo Município de Montemor-o-Velho, desde já informa que se encontra totalmente contra tal solução.-----

----- A contratação em causa é uma solução política para dar emprego a dirigentes e militantes do Partido Socialista.-----

----- Assim vem, por intermédio da mesa da Assembleia Municipal requerer a prestação de informação administrativa, nos termos legais, onde se faça constar cópia integral de todos os elementos referentes à nomeação do Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças no Município de Montemor-o-Velho, bem como se informe dos custos mensais e anuais com tal nomeação e dos elementos biográficos do mesmo.”-----

----- Pediu a palavra o membro Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Comungo das palavras da líder da bancada do PS, julgo que está bem discriminada a informação escrita do senhor Presidente e temos uma informação bastante detalhada do que tem sido, digamos assim, o decorrer destes meses de executivo.-----

----- Porém, quero chamar a atenção que, após analisarmos detalhadamente gostaríamos de futuramente ter maior esclarecimento da situação do PAEL, do Reequilíbrio Financeiro e do endividamento atual (dezembro e janeiro).-----

----- Relativamente à Pista de Remo eu queria deixar aqui a seguinte questão: O que estaríamos a analisar se não se tivesse feito a Pista de Remo?-----

----- Quero elucidar e, eu acredito que as informações constantes no relatório estão corretas, que durante o mês de dezembro e janeiro passaram por estas instalações desportivas a Federação Portuguesa de Canoagem, a Federação Portuguesa de Remo, o Clube Infante de Montemor, a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, o Ginásio Clube Figueirense, a Associação Académica de Coimbra, o Agrupamento de Escolas de Montemor, a Secção Francesa de Remo, a secção Chilena de Canoagem, a Equipa da Universidade de Oxford”.-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Em relação à informação escrita houve esse esforço claro, em particular na questão financeira, que era uma questão que vinha sendo muito pouco explicada, de se esclarecer ao máximo os deputados e portanto penso que foi conseguido, isso foi reconhecido pela bancada.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

-----Aproveito também para dizer que gostaria, se assim fosse permitido, de prestar outras informações no âmbito daquilo que os deputados aqui referenciaram porque as coisas são para ser faladas e quando é possível dar as informações, assim o farei. -----

-----Em relação aos acontecimentos de 9 e 11 de fevereiro quero dar nota de que efetivamente o executivo não fez mais do que a sua obrigação, com uma ligeira diferença em relação ao que acontecia anteriormente. O executivo, e eu em particular estive presente nas situações para tornar efetivas e rápidas as soluções. Para aqueles que conhecem a produção de uma decisão administrativa na Câmara e os seus resultados são sempre muito difíceis de concluir ou seja, o tempo que demora à conclusão e portanto nada como estar no local, tomar decisões e resolver os problemas. -----

-----Não quero deixar de agradecer aos Presidentes de Junta, em particular aqueles que foram mais afetados e com quem eu lidei e dizer-lhes que foram inexecutáveis, foram impecáveis, excelentes, a equipa funcionou como um todo e portanto os elogios feitos a mim são também a vós próprios porque mostraram que foram eleitos e que justificaram a vossa eleição. -----

-----Quero dizer ao Presidente da Junta de Freguesia de Pereira que foi muito importante a sua intervenção. Ao Presidente da Junta de Freguesia de Meãs quero dizer que foram muito rápidos a fazer as intervenções e tiveram as situações mais perigosas. O Presidente da Junta de Freguesia de Araze de foi muito rápido e prestável nas intervenções que fez onde eu estive presente, também lhe quero deixar o meu elogio, ao Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca e a todos aqueles que estiveram envolvidos, todos os Presidentes de Junta. -----

-----Quero agradecer ainda aos funcionários da Câmara Municipal, e informo que o fizeram *pro bono*, em muitas situações porque para além do horário de trabalho, não receberam mais nada, aos funcionários das juntas também foram inexecutáveis, voluntários em geral, população civil que se associaram a esta grande equipa, aos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, que foram impecáveis e também inexecutáveis, às Delegações da Cruz Vermelha e à GNR e porque eu também não quero demorar mais, queria dar nota ao membro Adelaide Medina que tem absolutamente toda a razão do mundo, aliás já o disse em reunião de Câmara que o principal trabalho tem de ser preventivo e tem de ser feita a limpeza no verão de todas as valas e todas as situações que possam envolver risco e aquilo que estamos a fazer é anotar todos os pontos críticos do todo o Concelho e já resolvemos alguns em definitivo, outros minimizamos, mas permita-me que lhe diga, que é uma tremenda injustiça aquilo que disse porque o Ribeiro que falou foi limpo no dia anterior pela Junta de Freguesia de Pereira. O problema destas inundações é o tipo de inundação rápida devido à grande pluviosidade, à intensidade e ao facto dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28***

terrenos estarem saturados porque foi longo o inverno e portanto provoca este tipo de inundações espontâneas e muito fortes e é essa a verdadeira causa.-----

----- Concordo inteiramente com o disse o membro Ricardo Brites porque efetivamente o projeto hidroagrícola tem de ser terminado para que a segurança das pessoas possa ser acautelada no futuro e para que se possa fazer boa agricultura do século XXI em Montemor-o-Velho. -----

----- Quero dar nota também que a questão das valas é muito mais complexa do que aquilo que aqui foi abordado, é que a maior parte das valas têm de ser limpas pelos confinantes. A Câmara Municipal tem notificado insistentemente todos os confinantes e portanto faz o seu papel, a entidade que gere as valas públicas também tem de fazer o seu papel e portanto indemnizações a pagar pelos confinantes, eu acho que devem defender que os confinantes paguem as indemnizações, eu pessoalmente entendo que nós temos de ter mais algum cuidado. Esta é uma questão de própria cultura, as pessoas têm de ter a noção de que as cheias afetam todos e um dia vai chegar a casa deles e portanto as pessoas têm de ter consciência cívica. - -----

----- A questão da EN 111, no que concerne aos placards, foram notificados os proprietários e está a decorrer o prazo legal para a remoção das placas, sem esse procedimento não pode haver outro tipo de intervenção.-----

----- Em relação ao Festival do Arroz e da Lampreia, eu podia dizer o preço da tenda, efetivamente o membro Ricardo Brites já disse mais ou menos aquilo que é mas, no final fazemos as contas e eu farei questão e com muito gosto trarei as contas da edição anterior sem tenda e da edição atual com tenda. Agora também confesso que pensei muito e o executivo também partilhou esta preocupação se devíamos realizar ou não o festival, mas como para nós, independentemente de quem o começou, aquilo que é mais importante é valorizar aquilo que nós temos de bom no Concelho, entendemos que deveríamos fazer esse sacrifício e fizemo-lo com toda a coragem e gosto porque não é fácil. Se fosse para fazer como anteriormente era fácil, o problema é que temos de espremer todos os preços, temos que negociar tudo, são negociações muito difíceis para se conseguirem bons preços e por isso no final apresentarei com todo o gosto as contas. -----

----- Em relação à questão do Centro Náutico é efetivamente um Centro Náutico e já de agora eu agradeço imenso ao membro Cristina Jorge por ter colocado esta questão porque eu vou-lhe dizer algumas coisas que, provavelmente, não sabe e devia saber.-----

----- E já de agora um primeiro convite. Eu convidava o Presidente da Assembleia Municipal, se assim o aceitasse, que numa próxima Assembleia Municipal, ela começasse 1h30 mais cedo e fossemos todos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

visitar o CAR para poderem comprovar aquilo que vou dizer só em muita síntese porque não quero maçar os deputados.-----

-----A questão do Centro Náutico é de facto um investimento muito avultado, atenção que tem de ser concluído porque se não for temos de devolver todo o dinheiro. É bom que se perceba isto porque como foi financiado é bom que se perceba que se não forem cumpridos os projetos temos de devolver o dinheiro, é obvio que essa solução para o atual executivo não se coloca mas já de agora a questão do Centro Náutico e do CAR. O Centro Náutico tem um CAR e permita-me a correção um Centro Náutico é muito mais que um CAR porque o CAR era só das federações e queremos que o Centro Náutico seja também das pessoas de Montemor-o-Velho, dos Clubes de Montemor-o-Velho e de todas as pessoas que possam no futuro poder usufruir daquele espaço que foi feito com dinheiro dos contribuintes, em particular com dinheiro que foi desviado, como já aqui foi dito, de outras obras relevantes neste Concelho. Que seja também para as pessoas deste Concelho, como eu sempre defendi e sempre entendi que devia ser defendido.-----

-----Para sua informação as Federações foram-se embora mas, já foram antes deste executivo ter tomado posse. Nós pagávamos 1500 €/mês para estarem cá, valor que não pagamos a nenhuma associação deste Concelho, a acrescer que à Federação Portuguesa de Canoagem ainda lhe pagávamos mais 500 €/mês para lhe arrendar a casa cá. Este executivo entendeu que esse tipo de benefício não podia continuar a ocorrer e não foi este executivo que os afugentou daqui.-----

-----Relativamente à prova de Canoagem que passou para a Aguieira é uma prova de Canoagem privada e é preciso perceber porque é que passou para a Aguieira, quem é que tem interesses naquele centro que está instalado na Aguieira onde as pessoas pagam 70 e 80 € por dia. É bom que se perceba o que está a acontecer e é bom que as pessoas se informem também. Nós já nos informámos, são interesses comerciais. Ora, aquele investimento da Câmara Municipal não pode estar como sempre esteve até agora, ao sabor dos interesses comerciais e ao sabor dos interesses das federações e por isso este executivo tem mantido uma posição firme e decidida para que aquele Centro Náutico seja de Montemor-o-Velho e não das Federações. Aliás, foi-nos proposto um acordo de gestão verdadeiramente vergonhoso em que as federações iriam estar incluídas e que as decisões que seriam tomadas na comissão executiva prevaleceriam sobre as decisões dos vereadores da Câmara Municipal e dos deputados da Assembleia Municipal, coisa que eu nunca irei permitir. É este tipo de filosofia que sempre esteve presente naquele Centro náutico porque efetivamente quando a Câmara cobrava a Seleções estrangeiras, nomeadamente a uma seleção Inglesa para estar ali presente, cobrava dinheiro e os atletas de uma determinada Federação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28***

proibiram esses atletas ingleses de lá frequentarem porque queriam fazer o treino em sigilo no CAR. É deste tipo de situações com que nós não compactuamos.-----

----- Também quero dizer com toda a honestidade e com toda a transparência que este Executivo nomeou uma comissão de averiguação e deu-lhe 30 dias mas, infelizmente os problemas são tantos que não conseguiram cumprir o prazo de 30 dias para a averiguação de todas as situações. Nada funciona no CAR. Tudo está adulterado. Nada está conforme o caderno de encargos. É uma verdadeira vergonha. Existem situações verdadeiramente criminosas, os barcos custaram mais de 27.000 € e para andarem tem de andar um homem com uma bomba, à mão, a tirar a água dos barcos. Estes barcos podem-se comprar por 5.000 €. São situações destas que estamos a averiguar. Estamos a encetar contatos com países estrangeiros, a tentar intercâmbios com a Polónia, com os Desportos Náuticos Universitários para não ficarmos dependentes dos Senhores que controlam as federações, que recebem rios de dinheiro de vencimento, que só se pautam por interesses que não são os do verdadeiro desporto e portanto é nesse pé que estamos. -----

----- Em relação à questão levantada sobre a Vereadora Paula Rama, a Lei está aí é para ser vista por todas as pessoas. A Vereadora justificou por razões pessoais, o documento existe, pode ser consultado. Não vejo qual seja a incompatibilidade, creio que a situação não é a que pensa o membro Cristina Jorge. ---

----- Relativamente à variante de Arazede, também lhe agradeço sinceramente a oportunidade que me dá. Sabe que o único despacho proferido por mim foi para se informar o Mais Centro sobre as questões colocadas num e-mail datado de 26 de novembro de 2013 e as questões são muito simples: execução física da obra até abril de 2015 – não existe; resolução até essa mesma data de todos os problemas que envolvam posse dos terrenos que colidam com a execução da obra – nenhum terreno foi expropriado; garantia do Município de disponibilidade orçamental para dar cobertura à componente própria do financiamento (15%) – a Câmara Municipal tinha em agosto 13.800.000 € negativos, não foi este executivo e portanto este executivo nada fez, os serviços informaram, responderam a estas questões, as respostas foram remetidas ao Mais Centro e naturalmente, o Mais Centro ao verificar as respostas porque não era possível executar a obra, porque a obra tem 17 meses de execução de novembro até abril de 2015, não era possível. A obra não tem Visto do Tribunal de Contas. Quero esclarecer ao membro Cristina Jorge que o incumprimento dos prazos não é deste executivo aliás, permita-me que lhe diga e, por isso é que lhe agradeço a oportunidade que me está a dar, foi o executivo liderado pelos partidos da sua bancada, que não quis, assumidamente, fazer esta obra e é isso que tem de se dizer a toda a gente porque a culpa não é deste executivo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

-----É preciso perceber que aquela obra ainda por cima tem uma parte da sua execução que não iria ser realizada, que é a passagem superior, nem sequer existe projeto para essa passagem superior sobre a Linha da Beira Alta, nesse sentido também a obra estava incompleta. Se estas explicações não chegam para perceber quem é que falhou neste processo eu não posso dar mais.-----

-----Em relação ao PAEL, não sei se sabe, isto já foi divulgado, se o Tribunal de Contas desse o Visto, que é o que falta para que o PAEL possa estar em curso no Município de Montemor-o-Velho, e o Visto depende dos fundos disponíveis, se o Visto fosse atribuído em outubro, é bom que se diga isso, porque já há novidades desde outubro até esta data, havia um diferencial de 2.500.000 € de dívida acrescida ou seja, o PAEL deixaria de fora este valor de dívida, em outubro de 2013. Não há ninguém que queira ficar com o garrote, com a Troika que é o PAEL e com 2.500.000 € de dívida para resolver. O mesmo se passa no reequilíbrio financeiro porque até foi opção do anterior executivo reduzir o montante do reequilíbrio financeiro, não se percebe porquê porque estava a assumir mais compromissos, estava a assumir mais dívida e ainda foi reduzir o reequilíbrio financeiro. O reequilíbrio financeiro tem a mesma resposta do PAEL. Para a descansar, aguardamos ansiosamente os resultados da auditoria que está a ser feita pela Deloitte que também era para ser feita em 3 semanas mas, conforme já foi explicado, as confusões e os problemas são tantos e as situações delicadas são tantas que, não pôde ser feita no seu tempo normal mas, a seu tempo também aqui traremos essa informação e conforme foi solicitado à Deloitte, a solução do problema.-----

-----Finalmente só mais uma informação, que é a questão da obra de Santo Varão, para dizer ao membro Fernando Monteiro que agradeço a sua recomendação mas há aqui duas opções que têm de ser tomadas: uma é deixar a água dos Montes de Santo Varão a 0,5 bares, a outra é manter a água a 2,5/3,0 bares de pressão e isto tem a ver com o facto de aquelas bombas, e isto é um erro de conceção, não deviam estar abaixo do nível freático e abaixo do nível do piso porque só no ano passado foram queimadas 2 ou 3 bombas, que são altamente dispendiosas, porque entra água e as bombas têm de funcionar em seco. A solução mais expedita foi aquela que está a ser proposta, que está a feita só por recursos do Município, vai ter o enquadramento paisagístico, vamos tentar minimizar o impacto ambiental mas há uma coisa que não vamos deixar é as pessoas que são abastecidas sem a pressão adequada porque quero-lhe dizer que pessoas que têm em casa esta pressão não conseguem ligar a água do esquentador. O esquentador não funciona e portanto nessa sequência nós temos de tomar uma posição e esta é a solução e permita-me que lhe diga que a vedação, a sebe da casa onde está, é maior do que a própria instalação onde se pretendem instalar as bombas e há só mais este argumento, eu não discordo de si totalmente mas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

a verdade é que temos que encontrar uma solução e não há outra, tem de ser ali mas, entre os dois interesses em conflito é preferível dar a água em boas condições às pessoas e vamo-nos esforçar e também agradeço sugestões, porque sei que é um homem de bom gosto para minimizar o impacto estético daquela instalação. Agradeço penhoradamente que o faça.” -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **3. Designação de 5 elementos para o Conselho Municipal de Segurança** – Usou da palavra o PMAM que disse que: “Houve um trabalho prévio que redundou na lista subscrita por todas as bancadas e que tem a seguinte composição: -----

----- Fernando Leal Campos, José Luís Morgado Ferreira, Luís António Girão da Fonseca, Manuel Augusto Santos Girão e Paulo Jorge Girão Redondo.” -----

----- Disse ainda que tratando-se de nomes de pessoas, se iria proceder à votação por escrutínio secreto.-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade.-----

----- **4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a alteração ao Regulamento para Alienação de Lotes e Atribuição de incentivos do Parque de Negócios** - O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “A informação consta e foi disponibilizada a todos os deputados municipais, foi um compromisso deste executivo agilizar ao máximo a possibilidade de captar investimentos para o parque de negócios, que continua vazio. No panorama nacional existem lotes industriais a 1 €, a 0,10 € e a 0,03 €, a concorrência é muita e portanto o que fizemos foi purgar aquilo que era possível do regulamento de forma a que se pudesse agilizar ao máximo e que se pudesse captar verdadeiramente os investidores. Também estamos a fazer uma revisão num outro regulamento que também virá aqui à Assembleia para retirar um conjunto de condicionantes nos próprios lotes de forma a agilizar a possibilidade de termos uma verdadeira zona industrial naquele local e é esse o único propósito das alterações que estão devidamente analisadas e nada mais me apraz dizer sobre este ponto.” -----

----- Pede a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Em relação a esta matéria a bancada da Coligação concorda que este regulamento deverá estar munido dos preceitos necessários para que haja a criação de condições para a fixação de empresas no nosso Concelho e por consequência, a criação de postos de trabalho, sendo o Parque de Negócios uma verdadeira alavanca para o desenvolvimento empresarial económico da região. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

-----No que diz respeito às pequenas alterações que estão a ser propostas ao regulamento, algumas delas decorrem da Lei, a única que merece alguma apreensão é a revogação do art.º 9.º do Regulamento que diz respeito aos Ónus e Encargos. Parece-nos que existe aqui uma tentativa de flexibilização para a aquisição dos lotes mas por outro lado, pode-se tornar numa posição delicada para o Município pois numa situação de um lote que esteja onerado com ónus de natureza real em que haja incumprimento por parte do proprietário, pode dificultar e bastante a colocação deste lote novamente no mercado, devendo ficar salvaguardado o interesse público e o património do Município pois, para além de fundos comunitários também foram utilizados fundos do Município para a construção e criação das infraestruturas do parque de negócios e devemos ter algum cuidado em relação a esta matéria. Posta esta preocupação, a bancada da Coligação vai votar favoravelmente este ponto.” -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Aproveito a presença do Senhor Presidente da Câmara para perguntar relativamente a este ponto se o Município a nível de registo predial constituiu, para defender os interesses do Município, uma norma de reversão quanto a estes lotes. Esta é a primeira pergunta a segunda tem a ver com um requerimento que irei apresentar e que passarei a ler de imediato: O MPT, no que se refere à proposta de alteração do regulamento para alienação de lotes e atribuição de incentivos do parque de negócios, entende que se deveria rejeitar a alteração do referido regulamento quanto à revogação da norma que proíbe a entrega dos lotes cedidos pela Autarquia Local como garantia, hipotecária ou outra, em matéria de financiamento.”-----

-----Tal entendimento resulta do facto de essa proposta pretender branquear erros do passado, situações essas que permitiram a perda de parte do património público em investimentos duvidosos e ruinosos para o Município. -----

-----Na verdade, com essa alteração permite-se legalizar as condutas similares às da AGNI, em que a Câmara Municipal cedeu lotes a uma empresa que depois os utilizou como garantia ilegal, sem que o Município conseguisse acautelar a proteção e a restituição dos terrenos para o mesmo. -----

-----Esta é uma questão de dignidade e o MPT termina a sua intervenção.”-----

-----Pedi a palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “A bancada do Partido Socialista não pode deixar de congratular o Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, pelas alterações que aqui vem propor. Efetivamente, todos sabemos que as alterações que são propostas, nomeadamente, no que toca a ónus e encargos, eram solicitações dos munícipes e dos interessados desde há muito tempo mas, é preciso vontade e coragem política para as fazer e, neste momento, houve essa vontade e essa coragem daí que, ainda que, rapidamente importe fazer referência não só à igualdade que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

agora foi implementada no que toca à atribuição de incentivos, deixando a zona 3 de estar excluída, como até agora estava, o que, como todos sabemos, desembocou na situação lamentável que temos daquela zona nunca ter sido ocupada como devia. -----

----- Em segundo lugar e a que nos parece realmente a proposta mais importante no que toca a ónus e encargos. Não partilhamos das preocupações de outras bancadas e entendemos que, face à realidade do país, face à realidade de parques de negócios ou zonas industriais congéneres, não se pode exigir e não se pode cercear que os interessados possam onerar aqueles lotes de terreno, fazê-lo seria mais que proteger hipotéticos interesses do Município, seria impossibilitar que o Município tenha o que deve ter ou seja, uma verdadeira zona industrial naquele local. E quando falamos de uma zona industrial não é obviamente só o local ao qual se dá o nome de parque de negócios ou zona industrial. É sim um pólo aglutinador, o local que tem capacidade de atrair empresas, de criar emprego e de criar riqueza, que é o que este Concelho e este País precisam. -----

----- Talvez por isso, constatamos que, na reunião do Executivo Municipal, a proposta que nós também louvamos foi votada por unanimidade.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Antes de mais gostaria de dar algumas informações. Várias pessoas, neste momento têm os seus bens, nomeadamente, as suas casas hipotecadas na tentativa de criar ou de abrir a sua própria empresa relativamente a um processo que não lhes permite que possam hipotecar o lote que pretendem adquirir e fazer o seu investimento.-----

----- Também no nosso entendimento, correndo obviamente alguns riscos, a revogação do artigo 9.º, é preferível que assim seja porque é claro para toda a gente, quais são as regras a que se podem cingir, assim é claro e não andarmos aqui com dúvidas como andámos até esta altura, até pela situação exposta pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) no início desta AM, uma situação que está criada propositadamente por causa deste artigo 9.º.-----

----- Acreditamos também que, assim poderá ser preferível acabar com o possível favorecimento de alguns interesses e não estando essas autorizações dependentes do Executivo Municipal que estiver em funções. Desta maneira qualquer investidor poderá ter acesso e poderá hipotecar o lote para recorrer ao financiamento. -----

----- Acrescentar aqui também que, esta de facto foi uma batalha pela qual a CDU se debateu digamos que, há muito tempo que esta questão vinha sendo levantada por nós e da necessidade de ser concretizada, neste caso também fazia parte das suas propostas eleitorais. É prioritário reunir as melhores condições para que a fixação de empresas seja uma realidade no Parque de Negócios de Montemor-o-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

Velho. Entendemos que essa possibilidade de quem quer investir no nosso Concelho poder aceder com mais facilidade ao crédito bancário e também pelas alterações que permitem a uniformização dos incentivos a atribuir independentemente do lote que queiram adquirir e da sua localização no parque de negócios. Será uma ajuda no processo de fixação de empresas e acreditamos que assim será e esperamos que seja.”-----

-----O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Quero dar nota de duas questões que me parecem fundamentais. Ninguém neste Executivo, incluindo eu próprio cometeu qualquer erro no passado por forma a que tenha necessidade de corrigir o que quer que seja inclusivamente e, é uma opinião pessoal enquanto jurista, também não vislumbro grandes erros que possam motivar uma decisão destas. -----

-----Estamos no Século XXI, na Europa e este país tem que eliminar a burocracia, tem de ser concorrencial, quanto mais um Concelho como Montemor-o-Velho. Este Concelho não pode concorrer com outros concelhos que já têm uma dinâmica industrial florescente e por isso se quer concorrer tem de ser atrativo e quero-vos dizer e, aqui felicito a intervenção do membro Ricardo Brites, porque ele disse aquilo que eu queria dizer. Que não é admissível que qualquer empresário que aqui venha para instalar a sua empresa, tenha de hipotecar a sua própria casa por uma questão de mera burocracia e de um exagero de protecionismo quase bacoco que é aquilo que se encontra inscrito na cláusula nona. -----

-----Respondendo às preocupações dos membros Maria João Sobreiro e Oliveira e Sousa, que leiam o artigo oitavo, já acautela suficientemente bem os interesses do Município. -----

-----O Município não pode no comércio jurídico, interferir com a própria dinâmica comercial das empresas. As empresas nascem e morrem. As empresas deslocalizam. Nós não podemos prever nem interferir nesse processo. Temos de ter sorte e algum critério na seleção, quando falamos com os empresários, antes de alienar os lotes, antes de lhes darmos os benefícios, temos de perceber se o negócio que pretendem implementar em Montemor-o-Velho é um negócio com futuro, com consistência, que nos dê credibilidade. Essa verificação pode e deve ser feita e nós iremos fazê-la, agora não podemos é exigir-lhe tudo. Que hipotéquem a sua casa, porque não podem hipotecar o lote. Todos nós sabemos que quem constrói empresas, constitui uma sociedade comercial e não constitui uma sociedade comercial de responsabilidade limitada, por acaso e, nessa perspetiva esta é uma cláusula bacoca sem qualquer sentido. -----

-----Isto está aqui para acautelar, de certa forma, alguns benefícios que o Município possa dar naquela ponderação que faz ou seja, todos pagam ou todos pagaram os lotes mas, a questão que se coloca aqui é que podem pagar mais ou menos e de certa forma para acautelar o retorno desses benefícios, para que os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

benefícios não sejam perdidos, não podemos andar a perseguir o lote porque se quisermos exercer o direito de preferência pelo lote temos de devolver o dinheiro que a empresa pagou pelo lote.-----

----- Isto é uma falsa questão e o que foi dito pelos membros Ricardo Brites e Camilo Lourenço foi precisamente aquilo que aqui foi feito. Eliminar estas pequenas questões que não têm qualquer sentido e mais, nós vamos ser ainda mais arrojados no outro Regulamento de Edificação que aqui vamos trazer porque não podemos ter aqueles critérios todos numa economia débil como a portuguesa, num concelho como Montemor-o-Velho. Quem é que vem para cá com aqueles condicionalismos todos? Só se for louco! Nessa perspetiva ou queremos ter um parque industrial vivo, atrativo e competitivo ou então continuamos agarrados aos regulamentos sem nada, que é aquilo que hoje temos. Essa perspetiva não é a deste executivo e por isso esta proposta e peço que seja aprovado em minuta para que possamos aproveitar algumas oportunidades que aí se possam vislumbrar, que o tempo é muito importante.-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:-----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A favor-----
----- Carlos Lucas Correia -----	A favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro T. Pagaimo -----	A favor -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge -----	A favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	A favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	A favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço -----	A favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	A favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva -----	A favor-----
----- Edmea Tereza Reis Silva -----	A favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	A favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro -----	A favor-----
----- Carolina Ferreira Aires -----	A favor-----
----- Jorge André da Silva Santana -----	A favor -----
----- Francisco Faria de Paiva Batista -----	A favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

-----José de Oliveira de Sousa ----- Contra-----
-----Sara Cristina Cruz Gomes ----- A favor-----
-----Maria João Batista Sobreiro ----- A favor-----
-----Eusébio Ramos Sousa Campos ----- A favor-----
-----Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A favor-----
-----Vasco Gonçalo Sousa Martins ----- A favor-----
-----Joaquim Neves Martinho----- A favor-----
-----Paulo Jorge Pinto Rama ----- A favor-----
-----Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo ----- A favor-----
-----João António Góis Girão ----- A favor-----
-----Paulo Jorge Neves Correia ----- A favor-----
-----Sandra Isabel Matias Mendes ----- A favor-----
-----Carlos António Cristino Alves ----- A favor-----
-----António José M. C. N. Sérvolo ----- A favor-----
-----A AM tomou conhecimento. -----

-----**5. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal - “Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais” - Listagem de compromissos plurianuais assumidos** – O PMAM questionou se os membros da AM pretendem algum esclarecimento adicional por parte do PCM, relativamente à listagem dos compromissos plurianuais assumidos. -----

-----Pedi a palavra o membro Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “A bancada da Coligação tomou conhecimento, não havendo nada a registar, de acordo com a Lei.” -----
-----A AM tomou conhecimento. -----

-----**6. Autorização prévia à assunção de compromisso plurianual - Aquisição de serviços de auditoria externa, no âmbito da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “A informação está toda contida na documentação disponibilizada. A Câmara Municipal, por imposição legal tem de contratar um Revisor Oficial de Contas, que é para garantir essa tal auditoria externa às contas do Município, no âmbito e por obrigação legal”. -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra integrado no MPT, no que se refere à celebração, pelo Município de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

Montemor-o-Velho de contrato de prestação de serviços, diga-se, auditoria externa, não pode deixar de apresentar o seu maior repúdio quanto a todo o procedimento concursal que se pretende realizar.-----

----- Tal repúdio resulta na medida que não é admissível, o recurso ao ajuste direto para a celebração de tal contrato, por inexistir qualquer motivo de urgência que justifique a derrogação das regras em matéria de concurso público estabelecidas no Código da Contratação Pública.-----

----- Também este caso de contratação ora realizada viola expressamente o previsto no art.º 24.º e 27.º, n.º 1 do CCP, na medida que, independentemente do valor contratual, o recurso ao ajuste directo procura violar as regras da concorrência em matéria de contratação pública.-----

----- Não se depreende o motivo pelo qual se apresenta para a contratação, três empresas de ROC, quando por concurso público facilmente se conseguiria, recorrendo à livre concorrência, preços inferiores e a prestação de serviços por empresas com provas dadas no mercado.-----

----- Na verdade, o Município deveria ter optado, caso entendesse dever contratar um auditor externo, por um concurso público, com a vantagem de poupar nos custos, atendendo às regras da livre concorrência.-----

----- Assim, vem por intermédio da MAM requerer a prestação de informação administrativa, nos termos legais, onde se faça constar os critérios de seleção das três empresas de ROC.”-----

----- Pediu a palavra o membro Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “A questão não está propriamente no ponto porque se trata da Lei n.º 73/2013 de 13 de setembro, quando o atual executivo tomou posse efetivamente já em outubro. Como todos nós sabemos, existe já uma auditoria encomendada à Deloitte, que até está a demorar mais tempo, eu até lhe perguntaria, quanto é que isso vai custar a mais e perguntamos se já nesta altura havia conhecimento de que teria que se fazer esta auditoria porquê duas auditorias. Por teimosia? Desconhecimento? Estas duas somadas dão para aí uns 60.000 € o que digamos, fica um pouco dispendioso para quem passa a vida a dizer que o Município não tem dinheiro.-----

----- Foi também aprovada pela Bancada da maioria, na sessão de dezembro e, tal como já disse o membro Oliveira e Sousa, o ponto “Manutenção e desenvolvimento da atividade do Gabinete de Auditoria, bem como outras afins ou funcionalmente ligadas”, com um valor de 48.000 € mais IVA e volto a relembrar o que consta também da ata que aprovámos hoje, a líder de bancada do PS afirmou que foi esta pessoa mandatário financeiro do PS. É fácil percebermos rapidamente que estamos a pagar favores políticos e estamos a gastar dinheiro.-----

----- Afinal há dinheiro na Câmara Municipal ou não?-----

----- Estarão V. Ex.as a gerir bem o erário público?-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

-----Afinal estamos a ter 3 auditorias? Estamos a ter mais uma auditoria que é decorrente da Lei? Em que ponto estamos Senhor Presidente?-----

-----Tal como costuma dizer o membro Oliveira e Sousa, estaremos nós a pensar nas gentes deste Concelho?-----

-----Estaremos nós a pensar naquilo que é efetivamente prioritário? Já sabemos e, também já o disse nesta AM, que é a tendência natural de qualquer pessoa que inicia as funções de gestão numa determinada organização apontar sempre defeitos sobre aqueles que os antecederam porém, há que ter cautela, há que pensar, neste caso, que é urgente fazer no presente, programar o futuro porque as pessoas merecem isso e não passar a vida com essa imagem que já hoje aqui falei de um Concelho depauperado, pobre e ao mesmo tempo dá a imagem de um Concelho que quase se apaga na sua própria existência. Eu não gostaria que isso acontecesse.”-----

-----Pedi a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Quero fazer algumas considerações relativamente à parte da intervenção da minha antecessora.-----

-----Em primeiro lugar não conheço o Chefe de Divisão Administrativa e Financeira que deu o parecer dos serviços que acompanharam os documentos relativamente a este ponto mas parto do princípio que será uma pessoa de bem e que não mandaria uma informação destas, nem remeteria este ponto à AM colocando como força de uma lei e como obrigatório algo que não o fosse e coloca-o de uma maneira muito clara, com caráter de urgência e aquilo que se pede com caráter de urgência é um Revisor Oficial de Contas, não é um auditor, até para mim que, já hoje disse, a parte financeira não é o meu forte consigo perceber que uma auditoria seja interna, seja externa, não tem nada a ver com o ROC, que é o que está em causa. Um não substitui o outro. Um não interfere no trabalho do outro e neste caso o Revisor Oficial de Contas é obrigatório nos serviços da Câmara e obrigatória a sua contratação, nos termos da Lei e julgo que isso ficou claríssimo na documentação que nos foi presente e se assim não fosse, também não estou a ver como é que o Executivo iria votar por unanimidade. Se alguma dúvida subsistisse, quando muito teriam pedido algum parecer, quanto mais não fosse, os vereadores da oposição.-----

-----O que está em causa é efetivamente um Revisor Oficial de Contas, é isso que estamos a votar. É essa a proposta que nos vem e é exatamente por haver um caráter de urgência e porque a Lei prevê que em caráter de urgência possa haver um ajuste direto, que nos estão a pedir parecer e nos pedem para votar este ponto. É com base em tudo o que eu disse que, o grupo do PS, votará favoravelmente.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

----- Pediu a palavra o membro Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Naturalmente, uma vez que é decorrente da Lei, naturalmente e conscientemente, não será por nós que deixará de se votar favoravelmente esta questão.”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Nós estamos contra o processo de contratação e por isso vamos votar contra.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Relativamente a este ponto e uma vez que esta aquisição de serviços decorre no âmbito da Lei e uma vez que não se está a entrar em nenhum incumprimento e dando o benefício da dúvida relativamente às 3 entidades propostas e que a Câmara Municipal como algumas empresas necessitam obrigatoriamente de ter um serviço contratado deste género, não temos nada o opor.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu desculpo lapsos e erros mas, desconhecimentos conscientes e intencionais para fazer gincana política, não. São conhecimentos básicos. Vamos aqui esclarecer duas coisas: isto está dentro dos limites do ajuste direto. É evidente que se podia fazer concurso público mas, já foi aqui evocada urgência. Os senhores têm consciência de quanto demora fazer um concurso público? Nós estamos em incumprimento, neste momento. Tão simples como isso portanto, a questão é tão só esta.-----

----- Para além do mais, o ajuste direto tem uma vantagem essencial que é podermos convidar várias entidades e estamos informados do tipo de trabalho prestado a outras instituições, a outras câmaras e sabemos que aquelas instituições prestaram lá um bom trabalho e essa é, uma grande garantia de que vamos ter uma boa Revisão Oficial de Contas.-----

----- Quero ainda dizer que bastava tão só e, não tolero, não gosto, porque a política tem de ser feita a outro nível, ler o n.º 3, do art.º 76.º do Decreto-Lei citado, isso aliás está lá. “Os documentos de prestação de contas das entidades referidas no n.º 1, que sejam obrigadas, nos termos da lei a adopção de contabilidade patrimonial são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas de revisores oficiais de contas, nos termos previstos no artigo seguinte. Isto chama-se auditoria externa ou seja, não pode o auditor interno fazer este tipo de serviço.-----

----- A auditoria da Deloitte foi tão só contratada para fazer a averiguação das contas do Município porque o Município não tinha os meios suficientes para o fazer e já de agora, como eu justifiquei na altura, solicitámos uma entidade credível, com grande nome no mercado para que não haja dúvidas de ninguém quem é que tem razão e as surpresas estão para chegar.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

-----A auditoria interna serve nomeadamente para outras coisas, posso-vos confidenciar que no 1.º dia de mandato, fiz um conjunto de requerimentos a solicitar informações aos serviços e, ao anterior chefe da Divisão Financeira, solicitei que me fosse feito um relatório do inventário do armazém, isto, no dia 22 de outubro. As vicissitudes são tantas, os problemas foram tantos que só ontem, dia 27 de fevereiro, esse mesmo relatório me foi facultado e, posso-vos dizer que apontam para desvios nas existências em armazém de 54.706,21 €. Apontam para um desvio de gásóleo de 1258 litros/ano (2013).-----

-----O auditor interno serve precisamente para fazer a validação e averiguação destas situações, infelizmente ainda não está ao serviço mas, assim que entre ao serviço vai trabalhar este assunto. Este e outros tantos que aí existem bem como eu já aqui expliquei, é preciso normalizar os procedimentos administrativos. Há uma divisão em que cada funcionário tinha o seu papel timbrado, o seu brasão e este tipo de situações não pode ocorrer. Cada um dá o seu despacho e tem que haver uniformidade de despacho e para isso é preciso que um auditor interno faça um manual de procedimentos que nunca foi feito aqui e precisamente por isso é que foi contratado um auditor interno para garantir a normalização de todos os procedimentos para fazer a verificação destas situações e de outras tantas que aqui existem.-----

-----Auditoria interna é uma coisa, auditoria externa é outra coisa completamente diferente e auditoria da Deloitte é outra. O que é exigido aqui é auditoria externa, independente.”.-----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:-----

-----VOTAÇÕES-----

-----Fernando Jorge dos Ramos-----	-----A favor-----
-----Luís Filipe Azenha Madaleno-----	-----A favor-----
-----Carlos Lucas Correia-----	-----A favor-----
-----Lídia Maria Cavaleiro T. Pagaimo-----	-----A favor-----
-----Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	-----A favor-----
-----Ana Cristina da Silva Jorge-----	-----A favor-----
-----Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	-----A favor-----
-----Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	-----A favor-----
-----Adelaide Maria Simões Medina-----	-----A favor-----
-----Olga Susana Miranda da Silva-----	-----A favor-----
-----Edmea Tereza Reis Silva-----	-----A favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A favor-----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro ----- A favor-----

----- Carolina Ferreira Aires ----- A favor-----

----- Jorge André da Silva Santana ----- A favor -----

----- Francisco Faria de Paiva Batista ----- A favor-----

----- José de Oliveira de Sousa ----- Contra -----

----- Sara Cristina Cruz Gomes ----- A favor -----

----- Maria João Batista Sobreiro ----- A favor-----

----- Eusébio Ramos Sousa Campos ----- A favor-----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A favor-----

----- Vasco Gonçalo Sousa Martins ----- A favor-----

----- Joaquim Neves Martinho----- A favor-----

----- Paulo Jorge Pinto Rama ----- A favor-----

----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo ----- A favor-----

----- João António Góis Girão ----- A favor-----

----- Paulo Jorge Neves Correia ----- A favor-----

----- Sandra Isabel Matias Mendes ----- A favor-----

----- Carlos António Cristino Alves ----- A favor-----

----- António José M. C. N. Sérvolo ----- A favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- O PMAM solicitou aos membros da AM que se fizesse uma alteração à ordem de trabalhos, tendo os mesmos sido unânimes em que se passasse de seguida ao ponto 8 da OT.-----

----- **8. Tomada de Posse dos elementos do Conselho Municipal de Segurança.** -----

----- O PMAM leu a ata de instalação do Conselho Municipal de Segurança, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 08, tendo tomado posse os seguintes elementos:-----

----- Emílio Augusto Ferreira Torrão - Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho -----

----- Fernando Jorge dos Ramos - Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho -----

----- Hélder António Simões Araújo - Serviço Municipal de Proteção Civil -----

----- Eusébio Ramos Sousa Campos - Presidente da Junta de Freguesia de Arazede -----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro - Presidente da Junta de Freguesia da Carapinheira -----

----- Vasco Gonçalo Sousa Martins - Presidente da Junta de Freguesia da Ereira -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

-----Joaquim Neves Martinho - Presidente da Junta de Freguesia de Liceia -----
-----Paulo Jorge Pinto Rama - Presidente da Junta de Freguesia de Meãs -----
-----Rui Jorge Félix Almeida Roxo - Presidente da Junta de Freguesia de Pereira -----
-----João António Góis Girão - Presidente da Junta de Freguesia de Santo Varão-----
-----Carlos António Cristino Alves - Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de
Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca -----
-----Tenente António José Fresco - Comandante do Destacamento da GNR de Montemor-o-Velho -----
-----Sargento António Carpinteiro - Comandante do Posto da GNR de Montemor-o-Velho -----
-----Paulo Alexandre Rama Teixeira - Comandante dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho----
-----Cláudia Maria Oliveira Reis – Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra-----
-----Joaquim António Costa Borges - Director do Cento de Respostas Integradas de Coimbra da ARS
Centro- -----
-----Paula Elisabete Pires Costa Rama - Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de
Montemor-o-Velho-----
-----José da Costa Carvalho - Presidente da Casa do Povo de Abrunheira -----
-----Helena Isabel Ferreira Costa – Representante da Santa Casa da Misericórdia de Pereira-----
-----Artur Jorge Rodrigues - Presidente Associação de Dadores de Sangue e Apoio Social do Baixo
Mondego -----
-----Paulo Edmundo Rama Góis - Presidente da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa – Carapinheira
-----Joaquim Roupa Reis - Diretor do Centro Humanitário Baixo Mondego da Cruz Vermelha Portuguesa
-----Carlos Coelho Carvalho - Presidente da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa – Verride-----
-----Fernando Silva Rasteiro - Representante Sindical da UGT Distrital -----
-----Fernando Leal Campos - Elemento designado pela Assembleia Municipal-----
-----José Luís Morgado Ferreira - Elemento designado pela Assembleia Municipal -----
-----Luís António Girão da Fonseca - Elemento designado pela Assembleia Municipal -----
-----Manuel Augusto Santos Girão - Elemento designado pela Assembleia Municipal-----
-----Paulo Jorge Girão M. Redondo - Elemento designado pela Assembleia Municipal-----
-----Usou da palavra o PMAM e disse que: “Não só pela força da Lei mas pelo que esta AM entende da
dignidade e do trabalho que contamos neste Concelho, neste Município, de todos os elementos que
constituem este Conselho e muito particularmente daqueles que, no dia a dia não desempenham funções
autárquicas, agradecer-lhes, desde já o esforço que vão desenvolver, no sentido de que o Município de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

Montemor-o-Velho que, perante esta AM vos deseja bom trabalho e sobretudo que ao dar-vos posse perante a AM e perante a Câmara Municipal vos dizer que é da máxima responsabilidade pelos autarcas eleitos deste Concelho e que representam todo o Concelho de Montemor-o-Velho, todos os eleitores de Montemor-o-Velho, dizer-vos muito obrigado, bom trabalho e sobretudo reflitam neste aspeto que, aquilo que for o vosso trabalho está nitidamente suportado, e é essa a expectativa, com os órgãos mais importantes do Concelho de Montemor-o-Velho.-----

----- O PCM que naturalmente preside a este órgão certamente não deixará de, oportunamente, convocar este órgão, como ele próprio já me confidenciou.-----

----- Obrigado por esta posse, por este esforço adicional que vão fazer porque o Município de Montemor-o-Velho em todos vós, vos queremos reconhecer não só essa capacidade como dizer que da nossa parte contamos com o Conselho Municipal de Segurança e quisemos-lhe dar esta dignidade mesmo tendo-os recebido de pé. Muito Obrigado.-----

----- **7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a designação dos Júris para os processos de recrutamento de cargos dirigentes** – O PMAM disse que: “Eu próprio quando me foi solicitado o agendamento deste ponto achei estranho e pensei já só faltava a AM aprovar também um ponto destes. De facto, esta competência é decorrente da Lei. A proposta é do executivo mas é à Assembleia Municipal que compete aprovar a designação dos júris para os processos de recrutamento de cargos dirigentes. -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “A informação também foi facultada aos senhores deputados. De acordo com o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração pública, com a alteração ao mapa orgânico da Câmara, naturalmente que todos os dirigentes caíram e portanto, nessa perspetiva para assegurar o normal funcionamento dos serviços foram nomeados três chefes de divisão em regime de substituição só que essas funções só podem ser exercidas durante o prazo de 90 dias salvo se estiver em curso o concurso público que naturalmente se quer e vai promover. O júri está constituído e nessa perspetiva trazemos à AM para aprovar o Júri que foi escolhido com recurso a pessoas de outros Municípios e pessoas idóneas para que esses concursos possam decorrer dentro da maior normalidade e estrita legalidade.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “ As propostas estão na documentação entregue, de qualquer maneira eu vou anunciá-las e fazer algo que me pareceu o mais indicado, depois de consultar alguns amigos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que não deveria ser de facto uma votação mas três porque se trata de três júris diferentes e três pessoas diferentes e é assim que irei proceder para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

que não restem dúvidas quanto a essa questão. Tratando-se de pessoas, a votação será uninominal e secreta.”-----

----- Procedimento para o cargo de direcção intermédia de 2º grau - Chefe da Divisão de Ambiente e Obras Municipais:-----

-----Presidente: Anabela Barosa Lourenço, Diretora do Departamento de Obras Municipais do Município de Cantanhede.-----

-----Vogais efectivos: Helena Maria Veiga Gonçalves Bigares, Chefe da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos do Município de Condeixa e Mário Fernando Rodrigues Monteiro, Chefe da Divisão de Obras Públicas e Municipais do Município de Soure.-----

-----Vogal suplente: Ana Sofia Ruivo Canas, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos do Município da Figueira da Foz. -----

-----Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com o seguinte resultado: 27 votos a favor e 3 votos brancos. -----

----- Procedimento para o cargo de direcção intermédia de 2º grau - Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças: -----

-----Presidente: Paula Cristina da Silva Silvestre, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Condeixa. -----

-----Vogais efectivos: Pedro Alexandre Malta, Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e Desenvolvimento Social do Município da Lousã e José Alberto Arede Negrão, Dr., Director do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Cantanhede.-----

-----Vogal suplente: António Miguel Ribeirinho, Director do Departamento Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa do Município de Pombal. -----

-----Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com o seguinte resultado: 27 votos a favor e 3 votos brancos. -----

----- Procedimento para o cargo de direcção intermédia de 2º grau - Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Territorial. -----

-----Presidente: António Adelino Coelho Abreu, Director do Departamento de Urbanismo do Município de Cantanhede.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

----- Vogais Efetivos: Ana Sofia Semedo Correia, Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico do Município de Condeixa e Maria José de Oliveira Carvalhão, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento do Município de Soure.-----

----- Vogal suplente: Ana Sofia Ruivo Canas, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos do Município da Figueira da Foz.-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com o seguinte resultado: 27 votos a favor e 3 votos brancos.-----

-----O PMAM, tendo em atenção da necessidade de tornar efetivas as deliberações tomadas, tão rápido quanto possível, solicitou à Assembleia que as deliberações fossem aprovadas em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Antes de dar por encerrada a Sessão, solicito aos deputados municipais que não colocaram o dia da tomada de posse nas senhas de presenças (19 de outubro de 2013), que se dirijam aos serviços de apoio a esta AM, durante a próxima semana, a fim de preencher o respetivo boletim.-----

----- Uma outra questão que me parece pertinente, é o facto do PCM ter lançado o repto para que uma próxima AM comece no Centro Náutico, não sei qual a opinião das bancadas, solicitando que se pronunciem sobre essa possibilidade.”-----

----- Pediu a palavra o membro Cristina Jorge (Coligação mais por Montemor) que disse: “Já tive o cuidado de auscultar a minha bancada e, naturalmente a minha bancada não está nessa disposição. Se há problemas técnicos têm que ser resolvidos. O Presidente em exercício tem de resolver os problemas que são inerentes, porque foi para isso que se candidatou para ser Presidente deste Município e para resolver os problemas do Município. Ele foi Vereador durante 4 anos, naturalmente, tem uma visão daquilo que está. A nós só nos compete avaliar a ação do Executivo. O que está para trás tem de ser resolvido e portanto quem está tem de resolver.”-----

----- Usou da palavra o PMAM e disse que: “A quem veio hoje a esta AM pela primeira vez quero dizer que esta é a casa da Democracia Municipal. Um dos membros classificou esta AM como atípica, sinceramente eu não julgo que o tenha sido. É uma Assembleia Municipal, onde as questões devem ser ditas evidentemente com a elevação política com que devem ser tratadas.”-----

----- Após esta intervenção o PMAM deu por encerrada a Sessão às 20h30horas, e para constar se lavrou a presente ata que após lida e aprovada vai ser devidamente assinada.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, fevereiro, 28

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Carlos Lucas Correia

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Olga Susana Miranda da Silva